



Privatizar a Petrobras é prejuízo para o país

O governo Bolsonaro nunca escondeu seu viés privatista. Durante quatro anos, vendeu aeroportos, portos e outras empresas públicas. Só não privatizou tudo porque a economia mundial estagnou durante os dois anos de pandemia da covid-19 e, também, porque houve muita resistência de setores da sociedade que entendem a importância de estatais como a Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, BNDES e outras. No entanto, a privatização dessas empresas continua no radar de Bolsonaro e do ministro da Economia, Paulo Guedes. Muitos economistas apostam que num eventual segundo mandato de Bolsonaro, a Petrobras seria uma das primeiras na fila da privatização. Afirmam também que a venda da Petrobras não implicaria apenas na perda do controle sobre um setor estratégico para o país, mas num enorme prejuízo para os brasileiros, sobretudo no bolso. O futuro da Petrobras dependerá do resultado das urnas no dia 30 de outubro. A população poderá escolher o projeto político que propõe a dilapidação completa do patrimônio público e o projeto que propõe a reconstrução nacional e o resgate da soberania, o fortalecimento de estatais importantes para a nação e a geração de empregos.



Acesse e leia mais!

Santander

Terceirização é repudiada por funcionários

Em assembleia nacional organizada pela **Contraf-CUT**, no dia **11/10**, mais de **98%** dos bancários do **Santander** reprovaram a terceirização que está em curso no banco. **PÁGINA 3**

Caixa continua sendo usada em campanha eleitoral e funcionários do BB são coagidos pela direção a usar amarelo

Página 3

Privatização ameaça os fundos de pensão

Página 2

Orçamento secreto poder ser o maior esquema de corrupção do planeta

Página 4

Contraf-CUT apoia ações do Outubro Rosa

Na contramão dos interesses da sociedade, o governo federal anunciou corte de 45% nos recursos destinados para tratamento e combate ao câncer, para reforçar as emendas do orçamento secreto. Enquanto isto, entidades não-governamentais em todo o país celebram o Outubro Rosa, um mês destinado a conscientização sobre a importância da prevenção e diagnóstico precoce do câncer de mama. A campanha surgiu nos Estados Unidos, em 1990 e chegou ao Brasil em 2002. A partir de 2011, a campanha passou a incluir a prevenção do câncer de colo de útero. A Contraf-CUT apoia as ações preventivas, reforçando que o diagnóstico precoce do câncer de mama é fundamental para o sucesso do tratamento e, conseqüentemente, a cura de pacientes detectadas com essa doença. Levantamentos do Instituto Nacional do Câncer apontam que o diagnóstico, logo no início do desenvolvimento do tumor, aumenta em 95% as chances de cura.



Acesse e leia mais!



CUT lança site para trabalhador denunciar coação eleitoral



Para ajudar os trabalhadores e trabalhadoras a denunciar os patrões antidemocráticos, que têm coagido seus empregados a votarem no presidente Jair Bolsonaro (PL) com ameaças de demissão, caso o ex-presidente Lula (PT) seja eleito, a CUT lançou uma página em seu portal onde todos podem denunciar o assédio eleitoral, um crime previsto em lei.

Depois da definição do segundo turno entre os dois candidatos, aumentaram as denúncias nas redes sociais de patrões tentando forçar trabalhadores a votarem em Bolsonaro. A CUT disponibilizou em seu Portal

(www.cut.org.br) uma página voltada para essas denúncias. O trabalhador que tiver receio de represálias pode fazer uma denúncia anônima. Essa possibilidade de se resguardar permite que mais casos venham à tona e, então, se possa acionar as autoridades para que tomem medidas legais.

Para denunciar, basta acessar a página da CUT e do Pactu, tanto no computador como no celular, e clicar no banner “Coação Eleitoral é Crime”.



Acesse e leia mais!

Privatização ameaça os fundos de pensão

Trabalhadores associados a fundos de pensão de diversas empresas públicas, como do Banco do Brasil, da Caixa Econômica Federal e da Petrobras, voltaram a manifestar preocupação com a possibilidade de desmonte dos planos de previdência complementar. O clima piorou depois que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc) publicou a Resolução 15. Ela normatiza a resolução 53, do Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPCC), que trata da retirada de patrocínio das empresas aos planos de previdência. É mais um componente dos retrocessos sociais a que a maioria da população brasileira foi submetida nos últimos anos. Pior do que a retirada de

patrocínio, no entanto, é o risco de privatização das empresas públicas. A venda dessas estatais, que são patrocinadoras dos fundos de pensão, é que gera o risco de desmonte da previdência complementar dos funcionários públicos. A escalada de ataques aos fundos de pensão e o desmonte das empresas públicas foi mais intensa de 2018 a 2022 e pode piorar nos próximos anos, caso seja mantido o atual projeto de governo no país.





SANTANDER
Funcionários votam sobre terceirização

Funcionários do Santander repudiam terceirização

Em assembleia nacional organizada pela Contraf-CUT e realizada no dia 11/10, os funcionários do Santander reprovaram a terceirização que está em curso no banco. A consulta mostrou que 98,31% dos empregados são contrários ao processo, que significa aumento de demissões, da sobrecarga de trabalho e retirada de direitos.

De acordo com a Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Santander, nos últimos dois anos, cerca de 9 mil trabalhadores deixaram de ser bancários dentro do grupo Santander Brasil. Com essa manobra do banco privado, os funcionários que são realocados nas empresas terceirizadas deixam de ter os benefícios conquistados na Convenção Coletiva de Trabalho da categoria bancária, como jornada de seis horas e PLR, além de redução no auxílio-creche/babá e outros direitos.



Acesse e leia mais!

Caixa continua sendo usada na campanha eleitoral

Apesar de recorrentes denúncias apresentadas pelo movimento sindical nas últimas semanas, envolvendo o uso político da Caixa Econômica Federal em favor do atual mandatário do país, a prática tem sido mantida pela direção do banco. A Comissão Executiva dos Empregados (CEE) da Caixa voltou a cobrar esclarecimentos do banco, após tomar conhecimento das denúncias sobre um convite para um culto em Ação de Graças que foi distribuído fisicamente por gestores aos empregados, em horário de trabalho, dentro das agências. Esse caso aconteceu no Acre, mas o uso indevido do banco como instrumento de campanha política tem se repetido em várias partes do país. Para a CEE, essa prática escancarada da direção da Caixa afronta a lei eleitoral, a Constituição e todas as denúncias precisam ser investigadas e esclarecidas para a sociedade.

Financiários aprovam Acordo

Após meses de negociações, foi assinada, no dia 11/10, a nova Convenção Coletiva de Trabalho dos Financiários. O Acordo foi aprovado por 80,81% dos trabalhadores que participaram das assembleias realizadas por sindicatos da categoria de todo o país e terá vigência até 2024.

Para 2022, foi conquistado um reajuste de 9% nos salários e nas cláusulas econômicas e reajuste de 12% nos vales alimentação e refeição, além de reajuste de 11,9% nos valores fixos, teto e parcela adicional da PLR e Abono de R\$ 800,00 em vale-alimentação. Para 2023, o reajuste será pelo



INPC mais 0,3% de aumento real, exceto para a PLR, que será reajustada somente pelo INPC do período. A manutenção das cláusulas sociais é válida para os dois anos.

Funcionários do BB são coagidos pela direção a usar amarelo



Mais uma denúncia envolve a direção do Banco do Brasil, desta vez na Bahia. Escalados para as atividades do MPE Week, ação que ocorre em várias capitais para promover as micro e pequenas empresas, os funcionários foram coagidos a usarem camisas amarelas durante toda a atividade. Isso nunca havia acontecido nas edições anteriores do evento, que acontece desde 2018. A direção do banco exigiu, inclusive, que as bancárias e bancários enviassem fotos durante a campanha da MPE Week, trajando o “uniforme”. Para a Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil (CEBB), está muito claro que “o uso da cor amarela é uma tentativa de fazer com que se acredite que os funcionários apoiam Jair Bolsonaro”. A CEBB afirma que essa atitude prova que o banco público está sendo instrumentalizado a favor da campanha pela reeleição do atual mandatário do país, o que é ilegal e imoral.

Desemprego e dívidas preocupam maioria da população

Pesquisa realizada pelo IBGE aponta uma explosão da informalidade no país, com quase 39 milhões de pessoas vivendo sem renda do trabalho. O tema é a maior preocupação para 82% dos eleitores. A maior parte dos empregos gerados nos últimos anos é de trabalho precarizado, sem direitos, com salários reduzidos e insuficientes para a sobrevivência do trabalhador que tem de pagar aluguel, transporte, comida e outros itens básicos para ter uma vida digna. O trabalho sem carteira assinada bateu o recorde da série histórica e chegou a 13,2 milhões de pessoas. Por outro lado, o endividamento das famílias brasileiras também bateu recorde, pelo terceiro mês consecutivo, em 2022. Em setembro, 79,3% dos lares tinham dívidas a vencer. A situação é pior entre as famílias com renda mensal inferior a dez salários mínimos: 80,3% delas têm dívidas vencidas, maior percentual desde 2010.

Fome cresceu 73% em dois anos no Brasil

Uma pesquisa realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar apontou que, no ano de 2022, um total de 33,1 milhões, ou 15,5% de toda a população brasileira, está vivendo com a angústia de ter o prato vazio, dia após dia. Em 2020, eram 19,1 milhões nessa situação, um aumento de 73,3% em dois anos. Especialistas afirmam que esse cenário é resultado do desmonte de políticas públicas, a piora da crise econômica e o aumento das desigualdades sociais. Apontam também que a situação só poderá ser revertida com uma política econômica estável, geração de empregos com salários decentes e a recuperação de toda a rede de proteção social, completamente destruída nos últimos anos.

Orçamento secreto poder ser o maior esquema de corrupção do planeta

Por trás do orçamento secreto, criado no governo Bolsonaro e que privilegia a bancada governista no Congresso, pode se esconder um dos maiores esquemas de corrupção que já se teve conhecimento no mundo. A informação, em forma de denúncia, é da senadora Simone Tebet, que ficou em terceiro lugar no primeiro turno das eleições presidenciais, dia 02/10. É notório o rastro de destruição que o orçamento secreto tem produzido em áreas sensíveis do Estado brasileiro, como saúde e educação, já combatidas com a perda de recursos em função do teto de gastos imposto pela Emenda Constitucional 95. Para satisfazer o apetite por emendas da base aliada, o governo Bolsonaro bloqueou mais R\$ 2,4 bilhões de recursos que seriam destinados ao Ministério da Educação este ano. No entanto, o montante utilizado em manobras do tal orçamento secreto ultrapassa R\$ 20 bilhões. Entre 2020 e 2022, o orçamento secreto já comeu cerca de R\$ 53 bilhões em verbas federais.

Os parlamentares aliados de Bolsonaro usam o dinheiro como bem entenderem. A senadora observa que “a manobra é resultado de um governo fraco, que precisou do Congresso para que não investigassem seus crimes de responsabilidade que poderiam levar a um impeachment”. Tebet deu alguns exemplos do grande esquema de corrupção que está por trás de tudo isto e que explicam, por exemplo, a eleição de grande número de deputados federais e senadores bolsonaristas. Ela citou o caso do município de Pedreira (MA): com 39 mil habitantes, para justificar as emendas recebidas via Orçamento Secreto, a pre-



feitura informou que realizou mais de 540 mil extrações dentárias. Significa ter tirado 14 dentes de cada cidadão da cidade, inclusive dos bebês recém-nascidos. A discussão em torno da revogação ou manutenção do orçamento secreto deve ser uma das principais batalhas no Congresso, no ano que vem. Em caso de vitória de Bolsonaro, pouca coisa deve mudar, com os parlamentares avançando sobre fatias cada vez maiores das verbas da União. O ex-presidente Lula, por outro lado, promete acabar com o esquema, retomando a transparência do orçamento e da alocação dos recursos públicos.



Acesse e leia mais!

Interferência e omissão escondem a corrupção

O governo Jair Bolsonaro (PL) é denunciado por ter cometido ou estar associado a pelo menos 26 casos de corrupção. Porém, a população tem pouco ou quase nenhuma informação sobre as denúncias. A falta de debates entre os brasileiros sobre o que realmente vem ocorrendo está diretamente relacionada a três fatores. O mais escandaloso deles é o afastamento e exoneração de delegados e delegadas da Polícia Federal que apuram esquemas criminosos que envolvem o clã Bolsonaro e seus aliados políticos. O lema de Bolsonaro é: quem investiga perde o cargo. Daí surge o segundo fator: as investigações que vão adiante são barradas pela Procuradoria Geral da República. Até agora, o procurador Augusto Aras engavetou 104 pedidos de investigação contra o presidente. E o terceiro motivo: a maneira leve como a mídia trata os esquemas de corrupção, contribuindo para o falso discurso de Bolsonaro de que em seu governo ela não existe. Tem sim, e muitos casos, mas a mídia não os associa ao presidente, como fazia com Lula.



Acesse e leia mais!